Ata da audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento "Duplicação da Rodovia dos Tamoios (SP 099) – Trecho Serra", de responsabilidade do Departamento de Estrada de Rodagens – DER, realizada no dia 20 de fevereiro de 2013 na cidade de Paraibuna - SP.

Realizou-se, no dia 20 de fevereiro de 2013, às 17 horas, no Centro de Convivência Infantil, Avenida Major João Elias Calazans, 343, Centro, Paraibuna/SP, a audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento "Duplicação da Rodovia dos Tamoios (SP 099) - Trecho Serra", de responsabilidade do Departamento de Estrada de Rodagens (Processo 098/2011). Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do CONSEMA, Germano Seara Filho, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Deputado Estadual Bruno Covas, saudava e dava boas vindas aos representantes do Poder Executivo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Victor de Cássio Miranda, Prefeito em Exercício do Município de Paraibuna; Marcos Antonio de Carvalho Lima, Secretário de Meio Ambiente do Município de Paraibuna; Sérgio Faria, Secretário de Obras do Município de Paraibuna; Ana Neide Honorato, Secretário de Saúde do Município de Paraibuna; do Poder Legislativo – nas pessoas dos Ilustríssimos Senhores José Antonio de Campos Silva, Dervanil Menecucci, e Norival Menino de Souza Ferreira, Vereadores do Município de Natividade da Serra –, do Poder Judiciário, dos órgãos públicos – na pessoa da Ilustríssima Senhora Coordenadora do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Paraibuna -, das entidades ambientalistas e da sociedade civil, enfim a todos que vieram participar da audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento "Duplicação da Rodovia dos Tamoios (SP 099) - Trecho Serra", de responsabilidade do Departamento de Estrada de Rodagens (Processo 098/2011). Declarou que possuía a função regulamentar de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente–CONSEMA sobre empreendimentos, projetos e obras em licenciamento, planos de manejo, enfim, acerca de tudo aquilo que diz respeito ao Sistema Estadual do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indicava o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos, para que opinem, formulem indagações, sugestões e críticas, enfim tudo o que possa contribuir para melhoria do projeto ou proposta apresentada. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas é completamente isento, e sua função, tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra de modo a garantir àqueles que tenham algo a dizer que possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação CONSEMA Normativa 01/2011 para a condução das audiências públicas e declarou que o CONSEMA previu que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta, e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados sobre ele. Explicou que, imediatamente após, fariam uso da palavra aqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que não representam órgãos públicos ou entidades civis e que falam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Em seqüência se manifestam os representantes de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal, a seguir, os representantes do CONSEMA e do COMDEMA que se inscreverem, com direito também a cinco minutos cada um. Por fim, acrescentou, falariam os representantes do Poder Executivo, seguidos daqueles que representam o Poder Legislativo, e que o motivo pelo qual os representantes desses dois poderes falam em último lugar é que só assim poderão

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

manifestar-se acerca das críticas, elogios e sugestões feitas pelos diferentes segmentos da sociedade que antes deles tenham-se manifestado, podendo assim opinar ou oferecer esclarecimentos que eventualmente os pontos de vista expostos tenham suscitado. Reiterou que só poderia fazer uso da palavra quem se inscrevesse e que, portanto, aquele que o desejasse e ainda não houvesse se inscrito o fizesse. Declarou que se encontrava presente, nesta audiência, um representante da área de licenciamento ambiental da CETESB, o engenheiro Rodrigo Passos Cunha, Gerente de Divisão da Avaliação de Projetos de Transportes Rodoviários do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental. Reiterou que só poderia fazer uso da palavra quem se inscrevesse, e que, portanto, aquele que o desejasse e ainda não houvesse se inscrito o fizesse. Declarou que a Mesa Diretora dos Trabalhos era presidida por ele, Secretário-Executivo, e composta também por até dois membros do CONSEMA – nessa audiência o conselheiro Marcelo Manara, o único que até agora compareceu – e, também, por um representante da área de licenciamento ambiental da CETESB, o engenheiro Rodrigo Passos Cunha, anteriormente referente, que é Gerente da Divisão de Avaliação de Projetos de Transportes Rodoviários da CETESB, onde tramita o processo de licenciamento do empreendimento que é objeto dessa audiência. Este engenheiro informou que o projeto se encontrava na primeira fase do licenciamento, a qual culminava com a elaboração de parecer conclusivo sinalizando ou rejeitando o empreendimento, sob a ótica de sua viabilidade ambiental. Acrescentou que esse parecer seria encaminhado ao CONSEMA, cujo Plenário avocaria ou não para si sua análise. Em caso positivo, observou, esse documento será analisado pelos membros desse Colegiado, os quais corroborarão ou não a indicação que a CETESB nele oferece sobre a viabilidade ou inviabilidade do empreendimento. Se reconhecida tal viabilidade, o CONSEMA concederá a licença prévia e encaminhará o processo para o Departamento de Avaliação de Empreendimentos da CETESB, para que dê continuação ao licenciamento. Lembrou que as sugestões apresentadas e os posicionamentos adotados durante as audiências seriam igualmente analisados pela equipe de técnicos da CETESB, e, no caso de serem aceitos, incorporados ao parecer. Acrescentou que se registra tudo o que é dito e que, com esses subsídios, se elabora a ata, que será juntada ao processo. Esclareceu ainda que os interessados em contribuir para o aprimoramento do projeto terão, a partir da presente data, o prazo de cinco dias úteis para encaminhar à CETESB sua contribuição – ou por correspondência registrada e enviada através dos Correios ou protocolada na Secretaria-Executiva do CONSEMA ou encaminhada através de mensagem eletrônica. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do empreendedor e da empresa de consultoria responsável pela elaboração dos estudos ambientais. O engenheiro Carlos Satoru Myiasato, Gerente de Planejamento da DERSA, depois de informar que está prestes a se encerrar a execução das obras que compõem o Sistema Viário Logístico Norte, que é a duplicação do Trecho Serra da Rodovia dos Tamoios, ofereceu informações sobre a história dessa rodovia, cujo traçado inicial e as duas alternativas de descida foram construídos na década de 30. Ofereceu breve relato sobre as catástrofes nela ocorridas na década de 60 e a reconstrução de que foi objeto em 2004. Relatou que há alguns anos essa rodovia enfrenta longos percursos de congestionamento com risco de acidentes, de deficiência na fluidez e, também, na segurança do tráfego regional e de turismo, especialmente no de turismo de finais de semana e feriados. Referiu-se à demanda reprimida à qual se acrescerá aquela decorrente do incremento na construção e ampliação de obras do segmento do gás e do petróleo e nos terminais do próprio porto. Referiu-se aos altos níveis de saturação em que já se encontram os setores operacionais e de serviço, ao atendimento ao usuário como também ao alto índice de acidente com grande número de vítimas fatais. Reiterou que a obra atende à demanda por transporte da região do

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

Vale do Paraíba.e fez referências ao comentário segundo o qual, ao se aumentar a capacidade de tráfego na Rodovia dos Tamoios, se revelará a falta de estrutura existente no Trecho Baixada, motivo por que entende dever-se promover melhoria nesse trecho, além do contorno da SP-055, do recapeamento e do alargamento previsto em alguns pontos da faixa adicional. Apresentou eslaides que mostram, entre outros aspectos, a fluidez do tráfego em dias úteis e em finais de semana caso não sejam executadas a duplicação do Trecho Serra e a ampliação do Porto de São Sebastião. Reportou novamente aos eslaides ao informar que eles também mostram também a como ficará o tráfego com a duplicação do Trecho Serra e a ampliação do Porto de São Sebastião. Ao finalizar explicou que o traçado do Trecho Serra começa no km 60,4 e vai, paralelamente à pista existente hoje, até o km 64,5, onde será executada uma interconexão um pouco à esquerda, após o derivará para o lado esquerdo e prosseguirá serpenteando o maciço da Serra do Mar, extremamente complicado e difícil, dada a existência de grandes vales, ou seja, de uma topografia realmente complicada. Reiterou que, a essa altura, o traçado continuará serpenteando para vencer 700 metros e manter uma rampa aceitável até chegar ao Trecho Baixada. Apresentou o prosseguimento da SP-055, com predominância de túneis – 12,5 dos 17 quilômetros serão constituídos por túneis. Pontuou que se trata, portanto, de uma obra praticamente enterrada, com viadutos em superfície, motivo por que praticamente não será necessária terraplanagem entre os túneis. Observou que só aqueles que sobem a serra se utilizarão do trecho novo duplicado por túnel, o qual, em algumas situações, poderá ser reversível. Teceu comentários sobre os benefícios do empreendimento, entre os quais promover melhoria do conforto, segurança e fluidez do tráfego e da velocidade operacional; contribuir para a redução do risco de acidentes; aumentar a capacidade viária; diminuir o tempo de viagem e o custo operacional, em decorrência da diminuição do congestionamento e redução da poluição do ar. Acrescentou que o tempo previsto para conclusão do trecho são trinta e oito meses e que a execução das obras terá início no próximo ano e será concluída em 2017, e que as obras complementares deverão avançar até quarenta e oito meses Ana Maria Iverson, representante da JGP Consórcio e Participações, empresa responsável pela elaboração dos estudos, apresentou uma síntese do EIA/RIMA que apresenta os motivos da duplicação do Trecho Serra da Rodovia dos Tamoios, de sua capacidade quando estiver em pleno funcionamento, dos impactos que promoverá, principalmente nos meios físico, biótico e antrópico, e das medidas de mitigação a serem implementadas com o objetivo de preveni-los, mitigá-los ou recuperá-los Passou-se diretamente à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil. Edson Eduardo Frei Nogueira, representante do Grupo Escoteiro Paraibuna, reivindicou que as compensações ambientais sejam destinadas ao Parque do Fundão Doutor Rui Calazans, onde o grupo de escoteiro se encontra inserido e de onde se vislumbram todas as obras que estão sendo executadas no Município de Paraibuna, embora as compensações ambientais sejam destinadas a outros benefícios. Explicou que, caso se destinem as compensações financeiras a essa unidade, elas serão utilizadas na elaboração de seu plano de manejo. Declarou ser favorável à duplicação da rodovia e chamava atenção também para que ela fosse mais bem sinalizada, de modo que, durante a noite e em épocas de chuva, se pudesse atravessá-la com maior segurança, principalmente as crianças que necessariamente fazem esse trajeto para ir à escola. Carlos Alberto da Silva Filho, representante do Instituto H & H. Fauser, observou que, durante a apresentação e as discussões, foi conferido um foco maior à técnica construtiva a ser utilizada e apresentados os problemas decorrentes das condições geotécnicas, e que era importante ter presente as várias tentativas de se perfurar a serra, como bem demonstrou a construção da Represa de Paraibuna, que, embora sua finalidade fosse abastecer o litoral, os problemas relacionados com a estabilidade

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

geológica da área impediram a colocação da tubulação. Enfatizou a necessidade de se levar em conta as fragilidades da região, principalmente com relação à fauna e à flora, e que se levasse em conta também os aspectos culturais. Informou que a população dos municípios do Alto Paraíba lamenta o fato de o projeto não contemplar uma ciclovia que ligue o Planalto ao Litoral. Em outras palavras, lamentou a inexistência de estruturas abertas para o tráfego de bicicletas, que, por ser um meio de deslocamento do cidadão, é objeto de reivindicação por parte significativa da população municípios do Alto Paraíba. Referiu-se não só ao descontentamento como à estupefação que vem causando na população a qualidade serviços executados pela empresa contratada pela DERSA e pelo DER para cuidar da conservação das estradas – principalmente por estar se utilizar dos acessos às estradas vicinais, e das próprias estradas vicinais, para destinação do bota-fora. Referiu que a instituição que representa mantém um núcleo de formação eco-profissional em área situada a 15 quilômetros do centro da cidade e cujo acesso é feito por uma estrada vicinal de terra, cuja conservação tem sido dificultada pela intensidade do tráfego de caminhões que transportam o bota-fora e tornam a estrada intransitável, contribuindo até mesmo para que as escolas paralisem suas atividades. William J. G. de Oliveira declarou que era psicólogo e produtor cultural e que vem desenvolvendo alguns projetos em parceria com a Fundação Cultural Benedito Siqueira e Silva, que é a instituição responsável pela gestão cultural de todo o município. Informou que a elaboração desses projetos conta com a participação de sete comissões setoriais com representantes dos diferentes segmentos artísticos. Referiu que se tem a impressão de que o patrimônio arqueológico do município está sendo vilipendiado, pois todas suas riquezas – todo o seu patrimônio natural – está se evadindo da cidade. Declarou que tem o mesmo sentimento com relação às obras que vêm sendo executada pelo Governo Federal, mais precisamente pela Petrobrás, pois os volumosos recursos que são destinados à sua execução carreiam, junto com eles, os recursos simbólicos sobre a história e, até mesmo, a pré-história do município.Explictou que os artefatos arqueológicos e produtos artísticos que se vão poderiam constituir base e fundamento para o fortalecimento da identidade cultural da população. Em outras palavras, os recursos simbólicos constituiriam a chance para recontarmos a história no município, e que, por isso, sua retirada deixa uma lacuna, um vazio muito grande. Além do impacto ambiental, acrescentou, ocorre também o impacto cultural – dado que toda obra afeta diretamente as condições culturais do município. No que diz respeito aos impactos culturais, ponderou, a empresa executora deveria responsabilizar-se por sua execução – principalmente daqueles que serão causados pelo grande fluxo de trabalhadores que vieram para o município que também necessitam de lazer, precisam participar das atividades culturais e fortalecer, assim, sua identidade juntamente com a do município. Declarou que representava os festivais de teatro e de grafite que acontecem no município, como também a companhia movimento e dança de cultura popular. Depois de explicar que não participava apenas desses projetos, declarou que aproveitava a audiência para manifestar seu ponto de vista de que a obra tem de investir no patrimônio histórico da cidade e na elaboração e difusão dos projetos de cultura popular. Referiu não ter sido feita durante a apresentação nenhuma referência ao grande furto de explosivos da obra da duplicação, roubo este que, coincidentemente, ocorreu na mesma época em que assaltaram dois bancos. Acrescentou que, além da dimensão concreta e material dos problemas causados pela execução da obra, há também a dimensão simbólica, para cuja compensação se fazem necessários também investimentos, uma vez que o desenvolvimento sustentável envolve meio ambiente, cultura, educação, saúde e políticas públicas. Declarou, ao final, seu apoio à proposta de que a compensação financeira deva ser destinada ao Parque do Fundão e ao Instituto Hause, e que, para que seja colocado em debate as questões relacionadas com a

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

implementação da compensação cultural, os representantes deverão procurar as instituições. Passou-se à etapa em que as pessoas que se manifestam não o fazem em nome de qualquer entidade ou instituição, mas de si mesmas. Jamil Campos solicitou que a implantação dessa obra se desse de modo a promover a melhoria da vida das pessoas que nela moram. Observou que a CETESB poderia promover a "redenção" do Município, e que alguns de seus técnicos, juntamente com a população, almejam essa melhoria, mas, infelizmente, a legislação ambiental emperra o desenvolvimento não só de Paraibuna como de todos os municípios. Lamentou o fato de Paraibuna não possuir nem parques nem áreas de lazer, de recreação e de atividades culturais e tampouco promover atividades ligadas ao turismo e ao esporte, o que não acontece nos Municípios de São José, Jacareí e Santa Branca. Lamentou a interdição do Clube dos Tamoios e solicitou fossem melhorados os acessos à cidade, porque, atualmente, para dela se sair ou nela se adentrar, se percorre um quilômetro, em conseqüência da interdição de sua entrada principal e da inexistência de área de escape e desaceleração. Declarou, ao final, que concordava com a explanação feita pela socióloga Ana Maria Iverson, que foi muito feliz na explicação que ofereceu sobre a enorme volta que se torna necessário fazer ao se contornar a serra, em decorrência das características do terreno. Reiterou a solicitação de que fosse construída uma "entrada decente" para o Município de Paraibuna. Milena Camargo Mendes declinou do tempo que lhe foi concedido para fazer uso da palavra por entender que suas reivindicações foram contempladas nas formulações feitas pelas pessoas que já se manifestaram. Passou-se ao segmento em que falam representantes do CONSEMA e de Conselhos Municipais de Desenvolvimento e Meio Ambiente – COMDEMAS. Marcelo Cruz, representante do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente do Município de Paraibuna, informou que era arquiteto e exercia a função de vice-presidente desse Conselho. Declarou que sua intervenção tinha o intuito de repreender os empreendedores, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e a empresa responsável pela elaboração do EIA/RIMA, e isso em razão do grande impacto que o Município de Paraibuna vem sendo sofrendo, precisamente desde a construção do reservatório. Ponderou que, no que concernia ao sistema viário, ele constituía um problema sério, por ser insuficiente, a ponto de se contar apenas com duas balsas para fazer a travessia para outros municípios e para se ter acesso às estradas intermunicipais e às comunidades rurais. Declarou que nesses últimos cinco anos, Paraibuna vem sofrendo uma interferência muito grande no que concerne ao meio ambiente e à cultura, e, principalmente, do ponto de vista social. Chamou atenção para o problema que acarretará a chegada ao município de um grande número de trabalhadores associados às duas grandes obras que serão executadas – totalizando, só no que diz respeito aos funcionários vinculados à Duplicação da Rodovia dos Tamoios algo em torno de 2 mil e 500 pessoas –, o que, associado a outros aspectos, causará impacto em uma extensão considerável do município. Mesmo assim, observou, ele não é contemplado no que se refere a questões importantes, como, por exemplo, a utilização das compensações ambientais, parte das quais já foi destinada ao Município de São Luiz do Paraitinga. Questionou por que Paraibuna não é contemplado pelas compensações, apesar de seu território ser um dos mais impactados. Argumentou que, em face dessa realidade, reivindicava ao CONSEMA e à Secretaria de Meio Ambiente do Estado que interfiram nas discussões que a esse respeito terão lugar na Câmara de Compensação Ambiental da SMA. Referiu que o COMDEMA de Paraíbuna não possui informações, pois até este momento não conhece o traçado fechado da obra. Reiterou que este Conselho se preocupa justamente com a questão social, principalmente ao observar, durante uma greve ocorrida há pouco, que a mão de obra alojada em Paraibuna aí permaneceu durante todo o movimento, incomodando os munícipes com muitas reclamações, ou seja, reproduzindo situações

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

comuns as que ocorrem nos canteiros de obra. Além das questões sociais, referiu-se a problemas relacionados com a constituição policêntrica da cidade, com os acidentes relatados ecom as dificuldades de se adentrar a estrada. Pediu informações sobre as travessias, ou seja, onde de localizarão e como e quantas serão construídas. Elogiou, ao final, o fato de uma obra com a envergadura da Duplicação do Trecho Serra da Rodovia dos Tamoios cumprir o cronograma. Sandra Claro, também representante do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Paraibuna, referiu-se aos impactos negativos que ocorrerão durante a execução das obras, que, assinalou, são passíveis de mitigação, motivo por que solicita que se lhes dispense uma olhar crítico. Esclareceu que o trecho da duplicação vem sendo discutido pelo Conselho, pelo fato de promover impacto considerável, não só ambiental, como social, precisamente por trazer para o Município de Paraibuna um número considerável de pessoas. Chamou atenção para a falta de interesse dos empreendedores em questões que dizem respeito a atividades de educação ambiental que podem ser desenvolvidas no município, no âmbito das quais podem ser abordadas até mesmo questões relacionadas com a educação sexual, com a possibilidade de ocorrer no município um aumento da natalidade e, consequentemente, do número de crianças a serem atendidas pelas creches. Essa constatação, acrescentou, exige a realização de um trabalho muito forte, muito firme – em outras palavras, uma reeducação – desses funcionários. Teceu considerações também acerca do aumento do consumo de água, energia e da produção do lixo, o que sobrecarregará os equipamentos e serviços públicos. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Executivo. Sérgio Faria, Secretário de Obras do Município de Paraibuna, declarou que sua preocupação maior era com os impactos que as obras causarão não só nas laterais e nas margens das estradas, como também em conseqüência das grandes intervenções realizadas nas estradas rurais com o transporte do bota-fora, por exemplo, o que acaba danificando-as. Observou que essa danificação prejudica o trânsito das pessoas e, também, o escoamento da produção rural. Alertou que a existência de núcleos urbanos distantes da cidade de Paraibuna torna necessário o transporte de alunos e de pacientes, o que fica prejudicado com essas intervenções em vários trechos das estradas municipais. Outra questão, observou, diz respeito ao aumento da produção de resíduos sólidos, com a ampliação da população flutuante, por que esse aumento ocorre não só pelo lixo gerado nos canteiros, mas também na cidade, o que já contribuiu para que o término da vida útil do aterro em funcionamento, previsto para 2016, se antecipasse para o final do ano em curso. Referiu que o município possui uma estrutura limitada para tratar de todas essas questões, ao mesmo tempo, ou seja, não só aquelas já referidas como outras ainda não mencionadas, como aumento na demanda de água, maior geração de esgoto, falta de sinalização nos canteiros, nas proximidade dos bota-foras, o que gerou e continua gerando um reclamação diuturna. Ao concluir comentou que a Prefeitura está cumprindo a parte que lhe cabe, mas é preciso que o empreendedor também se manifeste, no sentido de ajudar a mitigar esses impactos. Eliete Nogueira declarou ser membro do COMDEMA do Município de Paraibuna, atuando principalmente na área da saúde, na qual se refletia a maioria dos problemas causados por essa obra e que acabaram de ser referidos. Declarou que a Prefeitura dispensava atenção total ao setor de vigilância sanitária, o que levou ao estabelecimento de uma parceria com o Grupo de Vigilância do Estado, medida esta que permitiu se implementar uma série de intervenções, entre outras, a distribuição de camisinhas dentro dos alojamentos, o pronto atendimento a acidentes, o que implicou, da parte do setor municipal de saúde, uma sobrecarga, inclusive no que concerne ao uso medicamentos e de outros insumos. Referiu-se ao aumento da atenção dispensada também à utilização das ambulâncias, inclusive pela inexistência de uma adequada sinalização, o que muito contribuiu para que o impacto da obra no

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

setor de transporte também aumentasse, em número e em abrangência, as medidas a serem implementadas. Enfatizou que, dada a necessidade de se atender a toda essa demanda – até mesmo por ser muito extenso o trecho da duplicação que atravessa o Município de Paraibuna –, pedia uma atenção e um comprometimento maiores do empreendedor. Marcos Antônio Lima, Secretário de Meio Ambiente do Município de Paraibuna, referiu que sua manifestação teria teor semelhante ao das que foram feitas pelos que o antecederam, mas que as obras executadas em Paraibuna não poderiam ser fonte de desprazer para os paraibunenses. Referiu que essa premissa o levava a acreditar que os empreendedores terão prazer em atender às reivindicações formuladas, não só por sentimentalismo, mas também pela necessidade de se cumprir o requerido pelo Artigo 221 da Constituição Federal, que proclama que o meio ambiente deve ser respeitado. Argumentou que se infere dessa diretriz que o desenvolvimento deve acontecer, mas não às custas dos impactos negativos causados nos recursos naturais e na população de qualquer município, até mesmo porque existem medidas preventivas, compensadoras e de mitigação que contribuem para que esses impactos sejam mitigados, compensados ou recuperado o estágio anterior do recurso impactado. Lembrou que as reivindicações da Prefeitura concernem precisamente à elaboração e à implementação do Plano de Manejo do Parque Municipal Rui Calazans de Araújo; à elaboração de plano de manejo para o Núcleo Gestor da APA Federal da Bacia do Rio Paraíba do Sul, e que a preocupação de Paraíbuna é que os recursos oriundos da compensação ambiental sejam destinados às unidades nele existentes, precisamente onde está ocorrendo o impacto, e não direcioná-las para um município que não tenha sido diretamente atingido por qualquer intervenção. Outra reivindicação, acrescentou, diz respeito à mitigação de assoreamentos ocorridos nos cursos de água que cortam o município, e elencou suas prováveis causas. Outro pedido é que os empreendedores forneçam ao município máquinas para a manutenção das estradas rurais que promovem a interligação com a Rodovia dos Tamoios e que não são pavimentadas. Outras solicitações dizem respeito: à criação de área de bota-fora; à regularização de área de transbordo, a qual deve permanecer no município após sua utilização; à elaboração de plano de reposição florestal; ao controle de processo erosivo e monitoramento das obras suscetíveis a esse fenômeno; à implementação de programa produtor de águas no município; à implementação de plano de investimento em infraestrutura na área de saúde; à implementação de plano de educação ambiental; à recuperação do asfalto do antigo traçado da SP-99, que corta o bairro Vila Amélia; à implementação de projeto de infraestrutura de arruamento do condomínio empresarial; apoio para a construção de museu, uma vez que vestígios de cerâmica indígena têm sido encontrados no município. Referiu que a documentação contendo essas reivindicações foi protocolada e cópias dela serão encaminhadas à CETESB, ao CONSEMA, à DERSA e à Prefeitura. Régis Russi, membro do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Paraibuna, declarou que compareceu à audiência com o intuito de engrossar o coro dos seus pares no Conselho, que alertam para o fato de os danos provocados pelos impactos ambientais possuírem efeito cumulativo. Argumentou que, embora o cerne da questão que se discute seja o Trecho Serra da Duplicação da Rodovia dos Tamoios, não se pode perder de vista os impactos das demais obras cuja execução ocorre simultaneamente. Lembrou terem sido enumeradas várias pendências e agravantes causados à sociedade e ao meio ambiente no município, mas se esqueceu de elencar que os quase 2 mil e 500 funcionários que comporão a mão de obra ou a frente de trabalho representam praticamente 15% da população total do município, que é constituída por apenas 17 mil habitantes, o que faz com que esse acréscimo seja motivo de preocupação, principalmente pela falta de infraestrutura para atender esse incremento. Lembrou igualmente que um dos compromissos firmados pelo empreendedor no Trecho Planalto foi o

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

reflorestamento do Parque Municipal Rui Calazans e do Parque do Fundão; contudo, acrescentou, esse parque não possui plano de manejo, o que torna inviável o reflorestamento, e isso o leva a solicitar ao órgão licenciante a substituição dessa obrigação pela de depositar, no fundo do Conselho Municipal, a quantia equivalente a esse plantio, para que sejam utilizados como programa da SPA e para que o município possa, através do seu Conselho Municipal e em parceria com os pequenos agricultores utilizadores de água, realizar, de forma mais eficiente, esse reflorestamento e a melhoria do meio ambiente no município. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Legislativo. José Antônio de Campos Silva, Vereador do Município de Natividade da Serra, relatou que suas preocupações se traduziram em várias reivindicações ao DER, entre as quais o trecho de acesso ao Bairro de Pouso Alto. Enfatizou que a ineficiência do município em se desenvolver fez com que, ao longo dos anos, ele ostente o segundo pior Índice de Desenvolvimento Humano – IDH do Estado, embora se localize em uma região privilegiada com alto potencial turístico, pela presença da Represa, do Rio Paraitinga, do Rio Paraibuna e do Parque Estadual da Serra do Mar. Enfatizou que dos municípios cujos territórios fazem parte do Parque Estadual da Serra do Mar, o de Natividade da Serra é o mais extenso. Enfatizou também que se pretende mudar a história de desenvolvimento ineficiente em Natividade, e enumerou, entre as possibilidades que apontam nessa direção, a SP-121, a rodovia de acesso do Município de Oswaldo Cruz ao de Natividade, e que pretendia lutar também para que esse acesso fosse asfaltado desde Natividade até o Alto da Serra, partindo do primeiro em direção ao segundo, e não vice-versa, pois assim o primeiro município não mais permanecerá confinado no final da linha. Argumentou também que esse acesso poderá ser utilizado pelas pessoas que habitam o fundo do Vale e, pretendendo chegar ou à Ubatuba ou à Caraguatatuba ou a São Sebastião ou a Ilhabela possam passar por Natividade e, a partir daí, alcançar o Trecho Serra da Rodovia dos Tamoios. Pretende-se, argumentou, com a implantação dessa estrada promover o desenvolvimento deste município, motivo por que defendia solicitar nesta audiência que esse acesso fosse compatível com um tipo de desenvolvimento que se pretende venha a ocorrer no futuro. Argumentou ser a conquista desse desenvolvimento uma de suas maiores preocupações, ainda mais porque a construção dessas obras é, sem dúvida alguma, uma vitória para a região, e um dos maiores investimentos feitos pelo Governo que tornam possível o desenvolvimento de Paraibuna, Caraguatatuba e do fundo do Vale. Referiu que, executada essa estrada, será necessário se debruçar sobre a questão do gás e do petróleo. Chamou atenção para o fato de o Município de Natividade se situar nas proximidades do bairro de Pouso Alto – uma pequena estrutura de aglomeração urbana situada a 7 quilômetros da Rodovia dos Tamoios, numa região que, por se constituir em uma área de escape, se desenvolverá, até mesmo porque o Município de Caraguatatuba não possui mais o espaço físico para crescer, enquanto Natividade se apresenta como vocação para tanto. Argumentou que, no tocante à compensação financeira, o Município de Natividade da Serra fosse lembrado. Ao finalizar declarou que apelar para que esse acesso ao trevo seja pensando numa perspectiva desenvolvimentista é a principal questão Milton Luiz dos Santos, Vereador do Município de Paraibuna, agradeceu a presença dos poucos vereadores que compareceram, do prefeito e de todos que acompanham as discussões. Comentou que havia convidado várias pessoas e a resposta que delas obtive foi que não viriam aqui “ouvir mais bobeira, mais bobagem”. Ponderou que aqueles que moram na zona rural sabem o que essas pessoas querem dizer com esse comentário, mas que tinha certeza de que com a DERSA não se repetirá o que aconteceu com a Gastau, empresa que praticou barbaridades na zona rural, criando problemas com os quais os representantes dos Poderes Executivo e Legislativo tiveram depois de se haver. Acrescentou que o não comparecimento da população a

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

esse evento revela seu desinteresse. Informou também que seu intuito ao comparecer a esta audiência é formular uma cobrança – não sabia a quem exatàmente, se a DERSA ou ao DER – no que diz respeito ao uso dos holofotes utilizados durante os trabalhos noturnos, dado que causam prejuízo à saúde da população. Muitas pessoas reclamam da luz forte que eles emitem, a ponto de se sentirem praticamente cegas. Relatou ter ele mesmo sentido essa sensação ao passar pela rodovia em um dia chuvoso. Declarou considerar possível "se tirar um pouco aquele foco de dentro da rodovia e colocá-lo um pouco mais afastado". Outro mal estar do qual a população reclama é conseqüência da explosão das rochas, pois os buracos que aparecem são um perigo para aqueles que transitam pela rodovia. Victor de Cássio Miranda, Prefeito em Exercício do Município de Paraibuna iniciou suas considerações informando que, no início do dia, dera uma entrevista, ocasião em que solicitou à população que comparecesse à audiência, embora o maior impacto que a obra causaria fosse no litoral, mais precisamente em Caraguatatuba onde a audiência realizada no dia anterior contou com parte representativa da população, demonstrando assim seu interesse pelas questões que envolvem o futuro do município. Parabenizou a atuação do Conselho Estadual de Meio Ambiente, após o que, dirigindo-se aos representantes da obra, solicitou que, caso seja implantado pedágio, ou ele se localize após o Km 56 no sentido Serra do Mar ou tenham acesso livre os carros com placa do Município de Paraibuna. Declarou ser esta uma das principais preocupações da população, em virtude até mesmo da dependência que Paraibuna tem do Município de São José dos Campos, e que deseja seja tal solicitação registrada na ata desta audiência. Lembrou que à altura do km 63, pista norte, já na divisa entre os Municípios de Natividade da Serra e Paraibuna, existe um acesso que permite a conectividade ente esses dois município, através de uma praça que serve de entrada a diversos bairros, motivo por que nela transita vans que fazem o transporte escolar e serviços de saúde. Relatou o percurso que fez desde o Trecho Serra, na divisa de Paraibuna com Caraguatatuba, até a Serra Paraibuna e Jambeiro. Nessa oportunidade, pontuou todos os acessos que serão construídos e que totalizarão quase 70 pedidos, cuja maioria está sendo contemplada. Referiu-se à noite anterior como tumultuada como também à semana que passou, e isso em decorrência da tentativa frustrada de assalto aos caixas do Banco do Brasil. No dia anterior, enfatizou, de fato ocorreu um assalto, precisamente ao lado do prédio onde se realizava a audiência, cujo impacto na população foi assustador. Sugeriu que a Rodovia Tamoios contasse com câmeras focadas no trânsito – e não só com aquelas que realizam o monitoramento –, de modo a se monitorar principalmente os trechos de entrada e saída das cidades de Jambeiro, Paraíbuna e Natividade da Serra. O monitoramento do transporte de cargas perigosas necessita também ser feito nesses pontos, até mesmo porque seu tráfego aumentará e a população caminha ao seu lado. Quanto ao furto de cargas de explosivo, as informações que detém, embora extraoficiais, indicam que se deve reforçar a segurança, senão as caixas contendo dinamite continuarão explodindo. Declarou que reiterava o pedido que formulara anteriormente de que uma passarela deveria ser construída no Km 60 do Trecho Planalto. Pontuou que "a Petrobrás tirou muita gente da roça e trouxe para a cidade, e que, ainda hoje, a Rodovia dos Tamoios continua gerando um bom número de empregos. Enfatizou que as pessoas retiradas do campo não pretendiam mais voltar para ele, porque mudou sua cultura e continuam empregados. Informou que proximamente outra obra de grande porte – a instalação dos Dutos da Petrobrás – será executada e o município novamente sofrerá impactos. Referiu-se também à parceria que o Município de Paraibuna firmou com o DERSA e que tem propiciado a melhoria dos acesso e dos bota-foras valorizando, ainda mais, as propriedades, até mesmo pela pretensão de diversas empresas de se instalarem no município. Agradeceu à DERSA pela construção do galpão do

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

Centro Comunitário do Agronegócio e da Agricultura Familiar e onde será executado um grande projeto em parceira com essa empresa. Ao final agradeceu ao Governador Geraldo Alckmin, que, realmente, está promovendo uma efetiva mudança na região, a qual, sem dúvida, está sendo beneficiada, principalmente na perspectiva de seu desenvolvimento econômico. Passou-se à etapa das réplicas. Carlos Satoru Miyasato, após de aplaudir os posicionamentos do Prefeito de Paraibuna, Victor de Cássio Miranda, reiterou que, de fato, esse tipo de obra causa efetivamente alguns impactos, vários dos quais nas áreas lindeiras. Reconheceu a impossibilidade de oferecer todas as respostas solicitadas, mas assegurava que todas elas foram anotadas e serão respondidas na medida do possível, com a utilização dos canais já existentes no município. Postulou que, no entanto, pretendia pontuar alguns pontos para os quais se chamou atenção, como, por exemplo, as passarelas que se fazem muito necessárias na duplicação das pistas e que muito facilitam o deslocamento dos cidadãos. Pontuou que, para o Trecho do Planalto, km. 50, estão previstas 18 passarelas, contemplando exatamente os pontos que possuem travessias. Esclareceu que nos principais acessos às marginais que atendem à comunidade elas também serão executadas como também nos principais pólos do trecho, que, evidentemente serão contemplados pelo acesso. Referiu-se ainda: 1) ao projeto em desnível executado no padrão rodoviário DERSA, no alto padrão de acesso, com aceleração e desaceleração; 2) às áreas lindeiras, onde se faz necessária a utilização de locais para depositar o material que excedeu da obra ou onde se buscará o material que estiver faltando, e por onde transitarão caminhões, dado que não existe outra alternativa; 3) às estradas secundárias do município onde as chuvas são, evidentemente, a causa de muitos problemas; 4) às estradas lindeiras ocupadas pelos caminhões da obra, e que deverão ser entregues com a devida manutenção, conservação e reposição, pois também as estradas não suportam por muito tempo um trânsito muito pesado; 5) à sinalização das obras, sobre o que não deverá restar preocupação, por ser a DERSA uma das poucas áreas do Governo que possui equipe própria com muita experiência de operação de rodovia, e que se dispõe a colocar equipes próprias e operacionais para ajudar na sinalização dessa obra. Pediu que a população entendesse que, nesse momento, ela experimentará algum desconforto, mas que as medidas pra enfrentá-lo serão divulgadas. Reiterou que várias solicitações estão sendo acertadas com o DER, como, por exemplo, onde serão construídos os pontos de ônibus e as baias. Hermes da Silva, outro membro da equipe responsável pela elaboração dos estudos, declarou que importantes esclarecimentos já foram fornecidos, o que é fruto do entendimento entre os executores da obra e o poder municipal. Reconhece que acarretam inúmeros problemas a duplicação de uma rodovia com esta, tanto para aqueles que estão executando como para os que se utilizam da rodovia, os quais dizem respeito às passarelas, a trafegabilidade da rodovia, a infraestrutura dos municípios, entre outras. Declarou que o fórum das decisões não eram os responsáveis pelo empreendimento, a quem cabe coletar as informações, os desejos, as demandas e encaminhá-los aos poderes competentes.Teceu consideração sobre as questões levantadas relacionadas com a saúde pública, e que, no tocante à contratação da mão de obra, ela foi feita no município, por ter sido este um compromisso assumido pela empresa, e que, portanto, a maioria dos trabalhadores são da região, não vieram de outras cidades ou municípios. Declarou-se aberto para discutir questões relacionadas com a saúde pública e com a educação. Lembrou que essa obra foi reivindicada pela sociedade regional, e que, sem dúvida, ela trará grandes benefícios para o município, como sua industrialização. Referiu-se à importância do importante trabalho de terraplenagem que vem sendo feito, cujos custos estão em volta de 4 milhões de reais. Relatou sua preocupação com as pessoas que vendiam produtos hortifrutigranjeitos ao longo da rodovia, nos finais de semana, que se trata de uma sobrevivência da

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

agricultura familiar, e, para as quais, foi instalado um centro de agricultura, projeto este já aprovado pela Prefeitura, e que permitirá ao pequeno agricultor familiar colocar seu produto, que será vendido para as pessoas que se utilizam da rodovia. Ao concluir enfatizou que a rodovia acarreta ônus, impactos, transtornos, mas, também, benefícios quando estiver funcionando. Ana Maria Iverson, representante da JGP Consórcio, empresa responsável pela elaboração dos estudos, agradeceu às perguntas formuladas e explicou que focará apenas o Trecho Serra, porque entende que as questões relacionadas com o Trecho Planalto já foram respondidas. A primeira questão que abordava, observou, se relacionava com a fauna e a flora, daí a importância das análises extremamente detalhadas realizadas pela CETESB sobre o aspecto biótico de áreas do Parque Estadual da Serra do Mar em duas campanhas com coletas diretas exaustivas e que contou com o acompanhamento de biólogos especializados nos grupos faunísticos que existentes Comentou que, por meio dessas experiências, foram agregadas novas informações que não dão conta de espécies novas, mas de espécies que não haviam sido registradas até então nesse local, o que reforça a necessidade de se cuidar muito bem da fauna que é preservada dentro do parque. A respeito da vegetação, comentou, o trabalho realizado oferece uma oportunidade interessante para se verificar como, na verdade, a vegetação existente dentro do Parque constitui um mosaico da ocupação pretérita de toda essa área – pois, como é sabido, os acessos entre o litoral e o planalto ocorrem há séculos e que até mesmo o atual percurso da Rodovia dos Tamoios fará logo, logo, 100 anos. Informou ainda que levantamento mais detalhado da vegetação mostrou que, se existem áreas inacessíveis no parque, isso se deve ao fato de terem sido preservadas como mata primária ou em estágio muito preservado, porque os locais mais acessíveis sofreram uma série de alterações. Argumentou que, com certeza, esta é uma informação muito interessante para os futuros planos de replantio que terão de ser feitos com a finalidade de dar cumprimento à legislação que estabelece que a supressão de vegetação nativa protegida deve ser objeto de compensação, ou seja, para cada árvore suprimida, para cada parcela suprimida no futuro, são feitos cálculos que oferecem critérios para a compensação. Acrescentou que, certamente, esse conhecimento acumulado sobre qual é a situação da flora dentro do Parque, nas áreas lindeiras que serão afetadas, terá muita utilidade para a formulação da proposta de recuperação de algumas áreas no interior dessa unidade. Outro aspecto importante levantado diz respeito à proteção do patrimônio arqueológico, que, sem a menor sombra de dúvida, é uma prioridade. Acrescentou que, dando-se cumprimento à legislação, todo espaço de intervenção no Trecho Planalto e no Trecho Serra será feito com equipes especializadas em arqueologia, os quais orientarão eventuais resgates de restos de ocupações pretéritas. Reiterou que esse acompanhamento arqueológico, além de cumprir a legislação, constitui uma prática no Estado de São Paulo quando o objeto do licenciamento são empreendimentos rodoviários. Esclareceu que uma equipe formada por especialistas em arqueologia acompanhou o processo de elaboração do EIA/RIMA, sem, no entanto, realizar qualquer intervenção, porque não estamos autorizados ainda a assim proceder em locais inacessíveis, embora esteja previsto que esse acompanhamento se dará durante toda a etapa de construção, principalmente naqueles locais em que existe a possibilidade de ocorrência de restos arqueológicos. Observou que, no entanto, se discutirá ainda em uma fase posterior – caso o município demonstre interesse em manter parte desse material –, quando serão depositados os restos eventualmente achados. Afirmou ainda que nesse estágio do projeto todas as soluções técnicas de engenharia já estarão formuladas. Enfatizou que atravessar a Serra do Mar em túneis também já é de domínio da engenharia. Certamente, observou, o desafio para o detalhamento do projeto, em face de eventuais imprevistos ou riscos, certamente será uma necessidade, pois se tem de enfrentá-los com

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

muito cuidado e muita sofisticação, e, com certeza, o empreendedor e a engenharia brasileira possuem qualificação para tanto. Outra questão pertinente, observou, diz respeito à questão social, mas que se tinha de levar em conta uma das principais peculiaridades do Trecho Serra, que era um percurso sem residentes. Além disso, explicou, o critério utilizado para se selecionar as áreas de apoio na Baixada foram locais sem vizinhança, de modo que os incômodos dessa obra não causarão transtorno. Acrescentou que, por essa peculiaridade, o Estudo de Impacto Ambiental que se analisa é um pouco diferente dos demais, embora não signifique que a mão de obra mobilizada para trabalhar na obra não seja um ponto central amplamente discutido no EIA. A informação com a qual se trabalha, observou, é que o número de trabalhadores previstos seja, aproximadamente, 2 mil e 500 no pico, e que se trata de uma mão de obra treinada e especializada e cuja permanência na frente de trabalho, ao longo de três ou quatro anos, é contratar aqueles trabalhadores existentes na região. Pontuou que, para se contar com uma mão de obra especializada, se tem interesse, naturalmente, em aproveitar essa mão de obra já treinada e captar, se possível, aquela que reside na região, e, no caso daquela que trabalhará no Trecho Serra, que não dispõe de canteiros de obra, ela se concentrará no município de Caraguatatuba. Declarou entender que, do ponto de vista do EIA/RIMA, eram essas as principais preocupações e existe. Em relação ao Parque Rui Calazans, acabou de ser aprovado que, para compensar uma parte da supressão do Trecho Planalto, existe um plantio já aprovado pela CETESB, para ser executado no Parque Municipal, e que, como compensação pela supressão de vegetação no Trecho Serra, o plantio já iria ser iniciado. Marcelo Pereira Manara, representante do CONSEMA, inicialmente externou sua alegria por se encontrar em Paraibuna, nesta terra querida, com amigos e irmãos de longa data de convivência. Declarou ter-se sensibilizado com a apresentação, os questionamentos, as reivindicações e os posicionamentos coerentes, pautado de suas reivindicações, porque não é fácil para uma cidade ceder sua própria carne. Enfatizou que se falou aqui de impactos de quarenta anos, desde a época da construção da barragem, quando foram feitas promessas de desenvolvimento, ao se afirmar que "essa obra vai promover um grande desenvolvimento na cidade". Observou que, atualmente, Paraibuna não se utiliza do potencial desse reservatório exatamente porque, ao longo dessas décadas, o mesmo Estado empreendedor virou às costas para o município naquilo que tange ao desenvolvimento, ou seja, não implementou um programa sério para turismo nem para o uso múltiplo do reservatório. Enfatizou que há quarenta anos são formuladas as reivindicações e os posicionamentos de que essas obras são, sim, bem-vindas, pois são necessárias à sociedade, embora o ônus tenha saturado o Município de Paraibuna, que assume sempre sozinho. Argumentou que há quarenta anos as empreiteiras e o Estado vêm a esta cidade,[promovem alterações e falam que estão reformando a nossa casa. Lembrou que, há cinco anos atrás, surgiram novos empreiteiros – grandes investimentos – e se orientam a população a paciência porque, daqui a pouco, sua casa estará arrumada. Há dois anos atrás, um ano atrás, ele, conselheiro, esteve aqui para participar da discussão da grande obra, ocasião em que ouviu a repetição dos pedidos de paciência. Lembrou que há muitos aspectos que não são coerentes, mas numa audiência é impossível se detalhar essas questões. Argumentou que, em nome do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Paraibuna –, o qual, há muitos anos atrás, teve a honra de presidir por duas gestões consecutivas solicitou que os empreendedores fizessem uma apresentação técnica em uma reunião extraordinária, e o representante do empreendedor, Carlos Satoru, concordou e gentilmente me autorizou a divulgar essa reunião, cuja data caberia ao Conselho Municipal marcar. Acrescentou que essa reunião não tem o proposito de apresentar os estudos elaborados sobre o Trecho Serra, mas, sim, discutir quais realmente são os números, o que acontece efetivamente com a gestão da obra. Pontuou

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

que aquilo que, eventualmente, foi prometido − não sabe exatamente qual daquele instrumento – não é o que a população de Paraibuna tem percebido e o que os gestores públicos têm colocado. Trata-se de números superficiais, mas eles estão dispostos a discutir com a população de Paraibuna os números absolutos e concretos em uma reunião do Conselho Municipal. Reiterou ser preciso dispensar um carinho maior à sociedade paraibunense. Enfatizou não ser possível que, ano após ano, se divulguem anúncios de grandes obras – até mesmo por ser Paraibuna uma cidade muito bem localizada, com lugares aprazíveis, enfim, uma cidade magnífica, em termos de atributos naturais. Só que, infelizmente – isso deve ser colocado entre aspas − ela está na rota dos acontecimentos. Então é necessário que a CETESB, a Secretaria do Meio Ambiente e os empreendedores tratem os anseios e as reclamações da população com a devida profundidade. Reiterou que Paraibuna cedia sua própria carne como base em promessas não cumpridas. Lembrou que os recursos relacionados com a compensação ambiental de todas essas obras não veio para Paraibuna, embora o órgão municipal tenha apresentado projetos cuja elaboração, diga-se de passagem, implicou um sacrifício enorme, por se tratar de um município sem recursos e que não conta com uma equipe de projetistas para apresentar a realidade com os detalhes que a constituem. Lembrou que, nesse ginásio, há cinco anos, a Prefeitura apresentou excelentes projetos para a Unidade de Conservação Integral Parque Calazans. Lembrou também que o plano diretor da cidade foi prometido igualmente há cinco anos, e até agora não foi concluído. Reiterou que há quarenta anos Paraibuna exercita sua paciência. Explicou que o plantio proposto para a unidade de conservação é, aos seus olhos, irregular, posto que essa unidade de conservação não dispõe do plano de manejo. Alegou que qualquer iniciativa, qualquer atividade em uma unidade de conservação de proteção integral, tem de ser prevista no plano de manejo. Explicou também que o próprio Sistema Nacional de Unidades de Conservação–SNUC define as cinco prioridades para que a unidade possa acolher investimento. Esclareceu que esse posicionamento não implica numa recusa ao reflorestamento. Enfatizou a necessidade de se conferir concretude a essa unidade de conservação de proteção integral urbana, que poderia oferecer serviços para os escoteiros, que poderiam prestar serviços voltados para a educação ambiental, como, por exemplo, monitoramento da visitação. Afirmou que, no entanto, constatou que essa unidade se encontra abandonada e que há cinco anos se promete que algumas obras serão executadas e alguns serviços, implementados. Argumentou que existe esse passivo histórico, que é a oportunidade de os novos gestores trabalharem conjuntamente. Asseverou ser essa filosofia de gestão a ser adotada, que implica no trabalho conjunto com a CETESB e com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, pois só assim se poderá fazer frente aos compromissos assumidos. Foram entregues durante a audiência os seguintes documentos: 1) "Projeto Viveiro Escola Raiz do Aprender", elaborado e encaminhado pelo Instituto H & Hauser, localizado na Estrada de Paraibuna – Santa Branca s/nº, km 10,5, Bairro Boa Vista, Paraibuna/SP; 2) Projeto "Fruta Nativa da Terra para o Desenvolvimento Sustentável e a Cultura", elaborado e encaminhado pelo Instituto H & H Fauser, localizado na Estrada Paraibuna – Santa Branca, s/nº, km 10,5, Bairro Boa Vista, Paraibuna/SP; 3) Projeto Cia. Movimentô – Danças e Músicas Populares no Brasil, encaminhado pelo Senhor Márcio de Oliveira, residente na Avenida Major João Elias de Calazans, 168, casa 01, 12260-000, Paraibuna/SP, *email:* marcio_musico@hotmail, com; 4) "Relatório sobre os Impactos da Encalso no Setor da Educação", encaminhado pela Diretoria Municipal de Educação, Prefeitura Municipal de Paraibuna e assinado pela conselheira Lidiane Assis do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Paraibuna; 5) "Relatório sobre os Impactos da Encalso no Setor de Obras", encaminhado pela Diretoria Municipal de Obras da Prefeitura do Município de Paraibuna e assinado pelo Senhor Sérgio Faria, Secretário de

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

Obras e Planejamento do Município de Paraibuna; 6) "Propostas ao empreendedor DERSA e demais órgãos competentes das obras da Rodovia dos Tamoios – SP-99, de projetos passíveis de serem realizados no Município de Paraibuna e assinado pelo Engº Agrº Marcos Antonio de Carvalho Lima, Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Paraibuna, e por Sandra Maria Claro dos Santos, Coordenadora Geral do Conselho Municipal de Meio Ambiente do Município de Paraibuna; 7) Relatório sobre os Impactos da Encalso no Setor da Saúde", encaminhado pela Diretoria Municipal de Saúde da Prefeitura do Município de Paraibuna e assinado pela Senhora Ana Neide Honorato, Secretária de Saúde do Município de Paraibuna; 8) Reflexão sobre o número de obras em Paraibuna nos últimos 5 anos – Maiores Impactos Observados – Parceria – Empreendedor e Município encaminhada pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente de Paraibuna; 9) "Projeto Festeatro Paraibuna – 2013 (sem assinatura e sem autoria); 10) Propostas encaminhadas pela Fundação Cultural Benedicto Siqueira e Silva, encaminhado e assinado pelos Senhores Pablo Rodrigo Pires de Paula, Produtor Graffiti Vale Festival; Célio de Abreu Freire Jr. – Assessor do Patrimônio Histórico. Foram encaminhados para o endereço eletrônico da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, os seguintes documentos: 1) Correspondência datada de 26 de fevereiro de 2013, contendo posicionamento sobre o EIA/RIMA do empreendimento "Duplicação da Rodovia dos Tamoios – Trecho Serra, encaminhada pelo Engº Agrônomo e Diretor-Presidente Marcelo Pereira Manara; 2) Documento intitulado "Diagnóstico do Saneamento Básico na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Lageado e suas implicações na Qualidade Ambiental e de Vida da População Local", encaminhado pelo Prof. Dr. Mário Valério Filho, vinculado ao Departamento de Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP, *campus* de São José do Campo/SP; 3) Projeto intitulado: "Análise da Dinâmica do Uso e Ocupação do Solo e suas Implicações Socioambientais na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Lajeado, em Paraibuna, São Paulo", coordenado e encaminhado pelo Prof. Dr. Mário Valério Filho, vinculado ao Departamento de Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP, *campus* de São José do Campo/SP. O Secretário Executivo do CONSEMA apresentou ainda argumentos a fundamentar e justificar a exigência de publicidade das audiências públicas do modo como definida em lei, e, depois de constatar e informar que todas as etapas da audiência haviam sido cumpridas, esclareceu que todo e qualquer interessado teria o prazo de cinco (5) dias úteis, contados da data desta audiência, para enviar contribuições ou sugestões que tenham por finalidade o aperfeiçoamento do projeto. Acrescentou que tais contribuições deveriam ser encaminhadas ou pelo correio eletrônico, por meio do endereço consema.sp@ambiente.sp.gov.br, ou através dos Correios ou, ainda, serem protocoladas diretamente na Secretaria Executiva do CONSEMA. Agradeceu, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Deputado Estadual Bruno Covas, a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos da audiência pública. Eu, Paula Frassinete de Queiroz Siqueira, Diretora do Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br